



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

AMANDA NUNES ROCHA DE ANDRADE

**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
CONTEXTO HISTÓRICO E AS CORRENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Amanda Nunes Rocha de Andrade

**Política nacional de educação ambiental:
Contexto histórico e as correntes de educação ambiental**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Layanna Giordana Bernardo Lima.

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A553p Andrade, Amanda Nunes Rocha de.
Política nacional de educação ambiental:: contexto histórico e as correntes de educação ambiental. / Amanda Nunes Rocha de Andrade. – Miracema, TO, 2023.
30 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2023.
Orientador: Layanna Giordana Bernardo Lima.
1. Política Nacional da Educação Ambiental. 2. Contexto histórico da educação ambiental. 3. Correntes teóricas da educação ambiental crítica. 4. Educação ambiental no Brasil. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AMANDA NUNES ROCHA DE ANDRADE

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
CONTEXTO HISTÓRICO E AS CORRENTES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, curso de Pedagogia, foi avaliado para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia e aprovada em forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da apresentação: 20/12/2023

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Layanna Giordana Bernardo Lima, orientadora, UFT.

Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira, examinador, UFT.

Prof. Dr^o Marcio Bernardes de Carvalho, examinador, UFT.

RESUMO

A Educação Ambiental é um objeto de estudo ainda pouco explorado, mas que apresenta uma discussão de extrema importância em todas as esferas da sociedade. Diante disso o presente artigo objetiva pesquisar o contexto histórico da educação ambiental (EA), analisando a Política Nacional de Educação Ambiental, e as principais correntes educacionais que se difundiram no Brasil. Este trabalho surge como fruto das discussões e debates vivenciados na disciplina de educação ambiental, no oitavo período, do curso de pedagogia, do Campus da Universidade Federal do Tocantins. O procedimento metodológico usado para obtenção de informações foi por meio de uma pesquisa bibliográfica, de forma crítica dialética, na busca de uma melhor compreensão da implantação e permanência da EA dentro e fora do ambiente escolar. A pesquisa caminhou para o estudo das diversas correntes teóricas na EA, que se difundiram ao longo dos anos. Dentre as correntes discutidas, foi estudada EA crítica, concepção que objetiva os processos educativos crítico-reflexivos da questão ambiental na sociedade atual.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Educação Ambiental Crítica.

ABSTRACT

Environmental education is an object of study that is still little explored, but which is an extremely important discussion in all spheres of society. In view of this, this article aims to research the historical context of environmental education (EE), analyzing the National Environmental Education Policy and the main educational currents that have spread in Brazil. This work is the result of discussions and debates in the subject of environmental education, in the eighth term of the pedagogy course at the Federal University of Tocantins Campus. The methodological procedure used to obtain information was through bibliographical research, in a critical dialectical way, in the search for a better understanding of the implementation and permanence of environmental education inside and outside the school environment. The research went on to study the various theoretical currents in environmental education that have spread over the years. Among the currents discussed, critical environmental education was studied, a concept that aims for critical-reflective educational processes on environmental issues in today's society.

Keywords: Environmental Education. National Environmental Education Policy. Critical Environmental Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	8
3	CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	15
4	AS CORRENTES E CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	18
5	CORRENTES DIFUNDIDAS NO BRASIL	22
5.1	Corrente da ecopedagogia.....	22
5.2	Corrente transformadora	23
5.3	Corrente gestão ambiental	24
5.4	Corrente alfabetização ecológica.....	25
5.5	Corrente crítica	26
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 60 que os movimentos de discussão para sistematizar uma Política de promoção de práticas de Educação Ambiental estão ocorrendo. A expressão Educação Ambiental (EA) foi empregada pela primeira vez em 1965, em uma Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra. O objetivo do debate era destacar a importância da discussão ambiental na vida de todo cidadão, entretanto o debate estava direcionado para educação ambiental no âmbito da biologia, não reconhecendo ainda a sua interdisciplinaridade. Contudo, em 1968, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO traz uma nova concepção de educação ambiental incorporando aspectos naturais, sociais, políticos e econômicos, ampliando o conceito de EA em busca de não se restringir apenas a biologia, mas para perpassar toda a sociedade.

Este trabalho é fruto das discussões e debates vivenciados na disciplina de educação ambiental no oitavo período, do curso de pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins, no Campus Universitário de Miracema. A escolha do tema: Política Nacional de Educação Ambiental: contexto histórico e as correntes de educação ambiental, problematizando como ocorreu a construção histórica da educação ambiental? Como se desenvolveu, e quais correntes educacionais de EA que se difundiram e quais prevaleceram no Brasil? Ocorreu nas aulas de Educação Ambiental, fomos estimulados a pensar e muitos questionamentos surgiram, como, quais são as discussões ambientais que devem estar presentes no currículo escolar e nas atividades educativas dentro e fora do espaço da sala de aula. Nas discussões em sala de aula da disciplina de Educação Ambiental, aparece a palavra “conscientização”, outra questão que a professora nos fez pensar, conscientizar de quê? Quem precisa ser conscientizado? As crianças? Os Adultos? Professores? Sociedade? Para quem é a educação ambiental? Qual é o conteúdo de EA? É só na escola? As aulas de Educação Ambiental neste semestre nos guiaram para um novo olhar direcionado para as questões ambientais na educação, a pensar na dialética do contexto local e global e a refletir de forma crítica. O estudo do referencial teórico, e os documentos legais, trouxeram algumas respostas a estes questionamentos e a compreensão da importância da temática.

Diante dessas reflexões o objetivo desse trabalho é compreender o contexto histórico Educação Ambiental como uma Política Pública educacional, e caracterizar as orientações e diretrizes da Política Nacional da Educação Ambiental e as suas correntes educacionais mais difundidas no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, por meio de objetivos descritivos e explicativos, discutindo concepções e correntes pedagógicas de Educação Ambiental que foram difundidas ao longo do tempo. O presente artigo tratará do contexto histórico da EA, relatando como se iniciou, a preocupação de uma educação ambiental e tratar de leis implantadas que garante a permanência da educação ambiental a todas as pessoas. Seguimos conceituando a EA e analisando o PNEA, caracterizamos as correntes de EA, e contextualizamos as que se difundiram no Brasil, com intuito de termos uma visão ampla em todas as relações de EA.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Muitas catástrofes mundiais ocorreram principalmente após a Revolução Industrial XVIII, que trouxe a preocupação de pesquisadores, cientistas, ecologistas e ambientalistas a repensar a atuação do homem sobre as consequências catastróficas das ações pensadas e intencionais para a produção. O processo de produção dos bens necessários (materiais e simbólicos) para a existência humana foi se constituindo como uma prática destruidora, tendo em vista sua base fundada na lógica capitalista. É necessário um novo olhar em torno do meio ambiente e a se pensar em uma educação mais intencional aos conceitos ambientais. Desse modo, as questões ambientais não se limitam ao estudo da natureza, mas envolve tudo que está em contato com ela, como o ser humano e suas atitudes em todos os seus contextos, que os leva a pensar na sociedade como um todo e em todas as suas relações, pois vivemos no meio ambiente, que não é apenas o local onde temos florestas e animais, mas é todo o meio em que vivemos. Para nos aprofundarmos neste tema é necessário traçar um percurso histórico para compreender melhor o seu surgimento e permanência.

Desde antes da década de 60 que se discute no âmbito internacional as questões ambientais, nas décadas de 70 e 80, por intermédio do movimento ecológico as discussões foram sendo fortalecidas, e de acordo com Moura (2008, p.46), o movimento ecologista teve o intuito de denunciar “os riscos e impactos ambientais do modo de vida das sociedades.” Para Moura (2008, p. 51), a educação ambiental faz parte do movimento ecológico, é “herdeira direta do debate ecológico e está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente”. Assim ela “dialoga com o campo educacional, com suas tradições, teorias e saberes”. Fazendo com que essa discussão tornasse objeto de políticas públicas. O professor Marcos Sorrentino, em CZAPSKI (1998, p. 28), nos traz dois conceitos importantes para começarmos a pensar sobre a Educação Ambiental (EA): “1- o ambiente não deveria ser apresentado só como entorno físico, mas compreendendo também os aspectos sociais, culturais, econômicos etc...”; e “2- o estudo do meio ambiente começa pelo entorno imediato para progressivamente descobrir os ambientes mais distantes.”

A partir do século XX temos um novo sistema econômico, o capitalismo financeiro globalizado, onde não há mais barreiras nas fronteiras entre os países para o fluxo de produtos, bens de consumo e produção. Assim, a necessidade de aumentar o uso dos recursos naturais em grandes proporções em todo o mundo, ocorrendo avanços tecnológicos e aumentando também as necessidades das pessoas, levando a insatisfação do que possuem com intuito de consumir mais, e não se contentam com o que tem, causando um desequilíbrio do meio natural. Levando

a problemas ambientais locais com muita frequência, fazendo os países repensarem no seu modo de produção, pois esses problemas não eram apenas regionais, mas estavam ultrapassando as fronteiras. O problema com a natureza faz com que se pense no meio ambiente, que até então parecia algo infinito, sendo o início de muitos debates.

Em 5 de junho de 1972 houve a Conferência das Nações Unidas (ONU), sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, foi tão importante, que nesse dia é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente, e foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). No encontro é recomendado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) “para ajudar a enfrentar a ameaça ambiental no planeta”, que só foi tirada do papel em 1975, em um Encontro Internacional em Educação Ambiental realizado pela UNESCO. Reconhecendo que a EA deve ser continuada, multidisciplinar, respeitando as diferenças regionais e os interesses nacionais. Temos aqui um avanço dando importância e necessidade à educação ambiental sem restrições, a todos os públicos jovens, adultos e dando atenção aos menos privilegiados.

Em caráter de lei para a EA, aparece em nossa legislação desde 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com intuito inicial de controle da poluição e a educação ambiental. Tendo contato com o Ministério da educação e da cultura, fazendo com que a EA possa constar no currículo. E como resultado das efervescentes discussões na linha do tempo da educação ambiental, muitas obras e projetos foram publicadas em busca de despertar para a realidade do nosso meio ambiente e principalmente os nossos findáveis recursos. Mas é apenas nas próximas décadas que cresce a conscientização ambiental.

Entre 14 e 26 de outubro de 1977, ocorreu a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em parceria com a UNESCO e o PNUMA. O Brasil não esteve presente nessa conferência, possivelmente por não ter relações diplomáticas com a União Soviética na época, o que impediu sua participação. Com isso só teve acesso ao documento anos depois, a partir de 1997, através de uma “home page” do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Promulgou-se em agosto de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº6938/81). Em 1983 a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agosto de 1987 é realizado a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, em Moscou, buscando estratégias para a educação e formação ambiental para os anos 90, tendo em vista que a crise ambiental só aumentou nos últimos anos. Na conferência reafirmou “objetivos e princípios orientadores propostos em 1977” (Tbilisi), que

segundo o professor Genebaldo Freire é “considerado alicerce para o desenvolvimento da educação ambiental em todos os níveis, dentro e fora da escola”.

No ano de 1988 é promulgada a nova Constituição Federal, que ocorre após a ditadura militar, onde encontramos um capítulo destinado ao meio ambiente, colocando a nossa Lei Maior como a mais completa do mundo, no seu Art. 225, diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Especialmente no seu inciso VI diz: "VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;" com certeza um marco no Brasil para a EA. Em 1992, ocorre a criação dos Núcleos de Educação Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).

No Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92. O Brasil recebeu cerca de 179 países de acordo com o site do ministério do meio ambiente, nas dependências do Rio centro, se estendendo a vários movimentos pelo país, foi assim que, vinte anos após Estocolmo, quinze depois de Tbilisi e cinco depois de Moscou, chegou-se à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que se transformou num momento especial também para a evolução da Educação Ambiental. (CZAPSKI, 1998, p. 52).

Com esses grandes acontecimentos foram elaborados três documentos importantes para o debate das questões ambientais, a Agenda 21 que foi plano com metas e ações para garantir a qualidade de vida na Terra para o século 21; onde Czapski (1998, p. 54) nos diz que a Agenda 21 é - “subscrita pelos governantes de mais de 170 países que participaram da Conferência oficial, dedicou todo o Capítulo 36 à "Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento".” A Carta Brasileira para a Educação Ambiental nos diz que é necessário um comprometimento genuíno do poder público em todas as instâncias para cumprir a lei acerca da EA. E por fim o Tratado de Educação Ambiental para a Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global, com princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Assim, abriram-se mais caminhos para a EA.

Além desses importantes documentos, os países saíram compromissados com a Carta da Terra, a declaração de princípios da Rio 92; A Convenção das Mudanças climáticas, uma constatação científica das emissões de gases na atmosfera; e a Convenção da Biodiversidade

sendo vigorada em 1993, afirmando a necessidade de investimentos para países que contém a biodiversidade, garantindo sua preservação; e por fim, temos a Declaração das Florestas sendo um primeiro passo para a “Convenção das Florestas”. Paralelo a Rio-92 ocorre o Fórum Global, que reuniu as ONGs e os movimentos sociais de todo o mundo formulando o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis.

O Brasil depois da conferência começa a se organizar para o cumprimento dos compromissos propostos. Em 1993 por meio da Portaria 773, nasce um Grupo de Trabalho para EA, com intuito de implantar a EA nos sistemas de ensino. No ano de 1994 surge o Programa Nacional de Educação Ambiental, o (PRONEA), para capacitar os sistemas para implantação da EA de forma eficiente, sendo um desafio para esse programa, apesar de todo esforço em busca da EA, ainda estava difícil de relacionar.

Chegamos ao ano de 1997, que é considerado o ano da EA, no Brasil e no mundo. Primeiro por se comemorar cinco anos da Rio-92, e vinte anos da Conferência de Tbilisi. Em momentos assim é preciso refletir, os avanços que tivemos até agora, e a promover novas atividades. Neste mesmo ano, muitos eventos levaram a discussão a novos patamares, reunindo milhares de pessoas em prol da EA. Em agosto temos o IV Fórum Brasileiro de EA, que ocorreu em Guarapari (ES), associando-se ao I Encontro da Rede Brasileira de EA (Rebea), tinham o objetivo de

(...) articular e integrar educadoras/es ambientais, divulgar as experiências regionais, atualizar os diferentes segmentos da sociedade atuantes no setor, avaliar aspectos filosófico-metodológicos que fundamentam a ação nesta área, debater políticas públicas e fazer o balanço não só dos cinco anos pós Rio-92 e como dos 20 anos da *Conferência de Tbilisi*. (CZAPSKI, 2008, p. 28).

Com objetivos tão ousados podemos perceber a sua importância, com o IV fórum foram eleitos delegados para a 1ª Conferência Nacional de EA (CNEA), representantes de cada região do país, sendo sete da sociedade civil e sete do governo com o intuito de ser descentralizada, a conferência foi realizada em outubro de 1997, e atraiu 2.868 participantes.

Em dezembro houve a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, organizada pela Unesco e o governo grego. Com o intuito de obter, segundo Czapski (2008) “ações de EA baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares.”

Diante desses eventos presenciais, ocorreram também eventos virtuais, levando a EA para as mídias sociais, através de teleconferências, alcançando mais pessoas, atraindo-as para conhecer e participar dos debates acerca da EA. Assim a I Teleconferência Nacional de

Educação Ambiental, foi organizada pelo MEC em junho, para explicar a prática da EA, após ela tiveram várias outras.

É criado um documento oficial do Brasil após a 1º CNEA, que é a ‘Declaração De Brasília para Educação Ambiental’, de novembro de 1997, propondo cinco áreas temáticas para o aprofundamento da EA, 1-Educação ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável; 2-Educação ambiental formal: papel, desafios, metodologias e capacitação; 3-Educação no processo de gestão ambiental: metodologia e capacitação; 4-Educação ambiental e as políticas públicas: Programa Nacional de EA, políticas de recursos hídricos, urbanas, agricultura, ciência e tecnologia; e 5-EA, ética, formação da cidadania, educação, comunicação e informação da sociedade. Foi esse o documento brasileiro apresentado na Grécia.

Um importante marco nessa discussão foi os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, não sendo exclusivo da educação ambiental, lançado dia 15 de outubro, com ideias inovadoras para a EA. Através das 194.487 escolas públicas no Brasil, segundo o censo de 1994. Cada docente recebeu uma cópia do PCN, que traz *temas transversais* sobre o Meio Ambiente na educação formal.

Em outras palavras, propõe-se que as questões ambientais (inclusive o estudo do ambiente escolar e do local onde as crianças moram) permeiam os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória. Assim, a criança pode aprender sobre as qualidades da natureza em ciências, mas pode também ser sensibilizada pintando e escrevendo sobre o que vê, *tirando música* de objetos que descobre no ambiente, usando sucata para fabricar brinquedos e para experimentos científicos, e outras atividades que gerem conhecimentos, valores e atitudes de cidadania. (CZAPSKI, 1998, p. 62).

Mais um grande avanço para EA, entrando em todas as escolas do Brasil. Os PCNs possuem as seguintes qualificações em seus temas transversais, que:

1) serve como linha orientadora que cada escola/docente pode adaptar à realidade local (por exemplo, a zona rural ou urbana); 2) é adequado ao trabalho com a faixa etária da criança; 3) é um "tema emergente e urgente", cuja abordagem ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, inspirando os alunos a "se mobilizarem, a saberem como fazer". (CZAPSKI, 1998, p. 62).

No que diz respeito ao ambiente não formal na EA, por causa de grupos comunitários afetados por riscos ambientais e tecnológicos, a “(...) divisão de EA do Ibama criou o *Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental*”, com ele intencionava desenvolver a capacidade dos educandos de mediar conflitos de interesses entre os atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais, mediava “apoio institucional da Coordenação de EA do Ministério da Educação, ou COEA/ MEC a projetos de EA de empresas privadas e

estatais, facilitando a distribuição de materiais paradidáticos nas escolas públicas.” (CZAPSKI, 2008, p. 20)

No final do ano de 1997, a Câmara Técnica Temporária de EA do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), estava em acirradas discussões com o propósito de criar uma lei para a EA. Em 27 de abril de 1999, é sancionada a Lei 9.795/99 "Política Nacional de Educação Ambiental" (PNEA), regulamentando o artigo 9 da lei de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, e o artigo 225 da Constituição Federal de 1998. Para a sua construção houve várias mobilizações da sociedade de mais de trezentas entidades, “secretarias do meio ambiente e educação, universidades, organizações ambientais, sendo um divisor de águas na história brasileira da EA” (BRASIL, 2009, P. 61).

É uma lei prevista pela Constituição Federal, determinando princípios importantes nos espaços escolares e espaços não escolares, em processos educativos formais e não formais. Sendo o poder público, as instituições educativas e os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), os meios de comunicação de massa, empresas de classes, instituições públicas e privadas e a sociedade como um todo, se tornaram responsáveis pela EA.

No capítulo II, há quatro linhas de ação para a EA: a capacidade dos recursos humanos, desenvolvimento de estudos e experimentações, produção e divulgação de materiais educativos, acompanhamento e avaliação. Aparecendo em todas as disciplinas como tema transversal, inter e multidisciplinar. Mas continha críticas, aceitação e rejeição acerca da EA. No artigo 10 diz que “(...) a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal”. No próximo artigo nos mostra que não se trata de mais uma disciplina no currículo, mas de forma transdisciplinar, inter e multidisciplinar como já prevê nos PCNs. Apenas em 25 de junho de 2002, o Presidente da República sancionou o Decreto Federal 4.281/02, que regulamenta a lei da PNEA (BRASIL, 2009, P. 65).

No ano de 2001 a COEA formata os Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola (PAMA). O século 21 foi marcado por fenômenos que afetaram a escola e seus entorno, tendo o primeiro impacto a globalização, trazendo manifestações ativistas, e segundo temos os avanços das tecnologias digitais, que nos apresenta uma nova forma de nos relacionar com o mundo. Em 2002 ocorreu a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável que ficou conhecido como Rio +10, o objetivo principal era avaliar se haviam sido implantados ou não os documentos gerados pela Rio-92.

A conferência Rio + 20 ocorre 20 anos após a Rio-92, foi realizada no Rio de Janeiro de 13 a 22 de julho de 2012, com o intuito de construir agendas para o desenvolvimento sustentável

visando as próximas décadas, sendo renovados seus compromissos políticos, avaliando o que já tinha sido implantado e tratando novos temas emergentes as questões ambientais. Seus principais temas foram à economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. O que temos agora foram apenas reuniões da cúpula do clima.

O Contexto histórico da EA, não se limita ao que foi apresentado até agora, é uma construção crescente, um tecido que ainda há muito para se tecer, existe muito mais acontecimentos na história que não seria possível dizer todos em um único texto, pois não é possível ver apenas como “uma relação de fatos, mas como um início de conversa, que cada pessoa, ou coletivo de pessoas, poderá complementar com suas próprias informações” (CZAPSKI, 2008, p. 293).

3 CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental é um nome dado historicamente às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. O MEC produziu um documento Educação Ambiental (1997), que “destacou, em uma de suas sessões, as principais características da Educação Ambiental sob a ótica de Tbilisi.” Trazendo sete pontos importantes:

- 1) Processo dinâmico integrativo: a Educação Ambiental foi definida (...) como "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir -individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais".
- 2) Transformadora: a Educação Ambiental possibilita aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.
- 3) Participativa: a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.
- 4) Abrangente: a importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.
- 5) Globalizadora: a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.
- 6) Permanente: a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta.
- 7) Contextualizadora: a Educação Ambiental deve atuar diretamente na realidade da comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária (CZAPSKI, 1998, p. 31).

A Política Nacional de Educação Ambiental define a EA como, “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” É prevista pela Constituição Federal (1988) e fundamentada pela Lei Federal nº 6.938/81.

De acordo com o PNEA, art. 4, diz que a EA possui uma interdependência, econômica, política, social e ecológica, por isso é necessário proporcionar esse conhecimento a todas as pessoas, em um processo contínuo e permanente começando na pré-escola e tendo continuidade em todos os níveis e modalidades da educação, numa perspectiva inter, multi e transdisciplinar, interligando questões locais, regionais, nacionais e internacionais.

Precisamos entender o que a PNEA diz sobre inter, multi e transdisciplinaridade, para de fato compreendermos como deve ocorrer a EA nas escolas. Inter, multi e transdisciplinaridade se trata de uma desfragmentação das disciplinas (português, matemática, história...), onde elas estão presentes num mesmo lugar, dialogando entre si, de forma que se integram, tornando-se um conhecimento interligado. Tira o foco das disciplinas e vai além das barreiras que são postas ao trabalhar apenas com uma disciplina, rompendo as barreiras de uma educação tradicional. Por isso não se pode tratar a EA como uma disciplina ou conteúdo isolado, pois ela está presente no cotidiano, comunicando-se entre as disciplinas.

No art. 10 afirma que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. A dimensão ambiental deve estar presente nos currículos de formação de professores, integrando em todas as disciplinas, e os professores precisam receber capacitação complementar. Os currículos quando se tratar de EA deve estar de acordo com a PNEA. Ao se tratar de currículo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo da educação que orienta o currículo, em sua apresentação geral, traz a seguinte informação sobre a EA:

(...) cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012) (...) (BRASIL, 2018, p. 19)

Diante dessas contextualizações, entende-se que todas as atividades de EA realizadas dentro das escolas, devem ser orientadas pela PNEA, seguindo os princípios e objetivos para a EA, de forma essencial e permanente, em todos os níveis e modalidades, no âmbito formal e não formal de direito a todos, integrada aos programas educacionais, de forma contínua, integradora e inter, multi e transdisciplinar, devendo ser cumprindo adequadamente.

As Diretrizes Curriculares da Educação para EA (2012), define EA em seu artigo Art. 2º como

(...) uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012)

Consideramos a EA importante, por ser um instrumento de transformação da sociedade, na busca de conscientização e preservação, não só do meio ambiente, mas do meio social que está interligado. Deve ser levada a sério, pois não se trata de falar do meio ambiente de forma superficial, considerando apenas as questões ecológicas, mas trata-se de todas as relações da sociedade, inclusive para garantir um futuro sustentável, partindo do presente. A educação ambiental se difundiu de diferentes formas (correntes), distintas, no decorrer do tempo, cada forma de se conceber EA, está estreitamente ligada a “uma dinâmica de forças sociais e culturais, poderes e contrapoderes, num círculo de interlocução, onde o destinatário também constitui o artefato que a ele é endereçado.” (LAYRARGUES, 2004, p.16).

A corrente Crítica de EA, surge num momento de redemocratização da sociedade brasileira, ou seja, há necessidade de se repensar como está ocorrendo a educação, para que haja mudanças de atitudes, na formação dos cidadãos mais críticos e reflexivos. Assim também houve que se repensar a EA, no intuito de superar uma educação tecnicista de produção em massa, trazendo a escassez de recursos naturais necessários para a sobrevivência dos seres vivos, que por sua vez, acabam sendo mal distribuídos e monopolizados, por isso, a EA dentro e fora da escola é necessário, pois ela vai questionar não só o mau uso dos recursos naturais (ambientais), mas também questionar a estrutura política regente.

Ao observamos o contexto histórico podemos perceber que várias reflexões foram feitas a acerca das práticas em EA, como por exemplo, a que Michele Sato em Loureiro (2013) fez, nos dizendo que “Uma educação que não for ambiental não pode ser chamada de educação”, muito forte essa fala, pois trata a EA não como um tema que deve ser abordado dentro da sala de aula, mas sim de uma cultura que deve ser adquirida por toda a sociedade, não apenas como uma disciplina ou uma luta por parte da sociedade, que de acordo com a nossa constituição, se trata de um bem de direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as presentes e futuras gerações.

Além disso, fala com o intuito de quebrar um paradigma positivista e de uma pedagogia tecnicista que busca um sistema de ensino fragmentado em disciplinas. “(...) a educação ambiental passou a ser vista como um processo contínuo de aprendizagem em que indivíduos e grupos tomam consciência do ambiente por meio da produção e transmissão de conhecimentos, valores, habilidades e atitudes.” (LOUREIRO, 2013, p. 65).

4 AS CORRENTES E CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As práticas em educação ambiental ou correntes/concepções da EA, não estão centradas em métodos apenas para um aprendizado teórico, mas de responsabilidade prática de mudança de consciência e atitude. Temos várias correntes de diferentes formas de ver o meio ambiente e agir nele. E a grande questão de uma educação ambiental como vimos no contexto histórico é por causa de catástrofes ambientais e sociais decorrente de um colapso da relação do homem com o seu ambiente independente de qual for ele, e de como as relações sociais acontecem. O ‘ambiental’ aqui não se trata apenas de questões ecológicas/ambientais, mas de conteúdos sociais e culturais específicos, sendo tratada de forma integral em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, onde acredita-se que problemas ambientais possuem relação com os conflitos socioambientais, e devem ser tratados com uma consciência crítica.

Para tratarmos de uma Educação Ambiental é necessário termos clareza de seus objetivos e fins, que variam em tempos, meios e formas. Com o intuito de se ter clareza, trouxemos o contexto histórico do seu surgimento, e agora trataremos de sua difusão como prática educativa, através das suas correntes. Ao trazermos a questão ambiental para a ação educativa, é preciso reconhecer a importância da educação ambiental para a formação do sujeito contemporâneo, que politicamente, a prática de EA, onde Layrargues (2004, p. 19) diz “engaja-se na disputa por valores éticos, estilos de vida e racionalidades que atravessam a vida social”, buscando formar o sujeito individual e social, historicamente situado.

Nesta parte do estudo, discorre de uma análise da cartografia das correntes em EA, de Lucie Sauvé (2005) é apresentada uma sistematização das correntes, que o autor as classifica em mais antigas e mais recentes, traremos um breve relato de cada uma. O intuito de abordar várias correntes é para que possamos refletir sobre cada atuação, com o decorrer do tempo, como forma de mapearmos a mais pertinente ao nosso “território pedagógico”.

Das mais antigas correntes, temos a corrente Naturalista, que diz respeito à relação direta com a natureza, aprendendo com, sobre e na natureza, de forma empírica, afetiva, espiritual ou artístico, com termos próprios como “educação para o meio natural” e “educação ao ar livre”, que segundo Steve Van Matre (1990) diz “educação para a terra”. Com intuito de valorização da natureza. Suas práticas são pautadas pelo contato direto com o meio natural.

A *Conservacionista/recursista*, outra corrente, como o nome já diz, é direcionado à “conservação dos recursos” em preocupação com a equidade social. Centrada na gestão de recursos (ecocivismo) e nos Três “R” Redução, Reutilização e Reciclagem. Educação para

consumo ligada ao eco-consumo: consiste em questionar-se antes de comprar em relação a necessidade, a utilização, a redundância e a escolha responsável do produto. Prática centrada para produzir um aprendiz consciente para o consumo. Com essas duas primeiras correntes, podemos perceber que não há questionamentos sobre as relações de poder e distribuição de recursos, é apenas formas de olhar para o meio ambiente, aprender com ele e ensinando a consumir de forma consciente. Mas será que apenas assim seria possível resolver as questões ambientais?

Corrente *Revolutiva*, essa corrente surge quando os problemas ambientais estão se ampliando rapidamente em grande proporção, apresentando o meio ambiente como um conjunto de problemas. Seu intuito na prática é aproximar as pessoas aos problemas ambientais, identificando-os, pesquisando, diagnosticando, avaliando e desenvolvendo nelas habilidades para resolvê-los. Pensar apenas nos problemas, seria possível superá-los? Essa visão, ou prática de EA, tem o intuito de pensar nas resoluções de problemas, sem questionar seus principais causadores, assim pode não ser suficiente para eficácia da EA.

A *Sistêmica* consiste em realizar análise sistemática das realidades e dos problemas ambientais, relacionando os elementos biofísicos e sociais de uma situação ambiental, sistematizando a “totalidade do sistema ambiental”. Na prática é realizada através da observação da “realidade ou fenômeno” ambiental, analisando seus componentes e suas relações para escolher a solução mais apropriada. Ela se relaciona apenas com as questões naturais e ecológicas, não reflete as questões sociais. Refletindo sobre esta corrente, podemos dizer que olhar apenas para o ecológico (o meio natural) não será suficiente para resolver os problemas ambientais.

Esta corrente *Científica* tem ênfase no processo científico nas relações de causa e efeito. Seu processo é de observação e verificação para indução de hipótese (observação e experimentação) e a solução de problemas. Sendo usada de forma atrativa para estimular o gosto pelas ciências de forma transdisciplinar. Aqui começamos a perceber um avanço na EA, pois tem a intenção de romper a EA para além das áreas de ciências, estimulando a perpassar as demais disciplinas. Mas ainda é necessário romper para além das questões ecológicas.

A *Humanista* vincula a natureza no contexto geral com a sociedade, levando em consideração o meio de vida, “com suas dimensões históricas, culturais, políticas, econômicas, estéticas, etc”. Indo além da observação, análise e síntese impõem também o sensorial, a sensibilidade afetiva, a criatividade, para construir coletivamente a representação do meio estudado.

Moral/ ética trata a “relação com meio ambiente de ordem ética”, adotando um comportamento socialmente desejável (*uma “moral” ambiental*), para construção de um sistema de valores. Louis Iozzo (1987) no texto de Sauvé (2005, p. 26) “aponta para o desenvolvimento moral dos alunos, em vínculo com o desenvolvimento do raciocínio sociocient fico.” Nessas duas últimas, vemos uma tentativa de tratar as questões ambientais, na educa o, não só os quesitos naturais, elas chamam para uma responsabilidade em outras áreas da sociedade, envolvendo política e cultura, para construir um novo sistema de valores.

As correntes mais recentes de acordo com Sauvé (2005): a corrente *Holística*, conforme Sauvé (2005, p. 27) tem “enfoque exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais, se encontra na origem de muitos problemas atuais”. Refere-se, ao todo, que   constituído por suas partes, “  totalidade de cada ser, de cada realidade, e   rede de rela es que une em conjunto onde eles adquirem sentido;

A *Biorregionalista*, Peter Berg e Raymond Dasmand (1976, em Traina e Darley-Hill, 1995) diz que se trata de “espaço geográfico definido mais por suas características naturais do que por suas fronteiras políticas” e com enfoque o envolvimento ativo da comunidade referindo-se a um “sentimento de identidade entre as comunidades humanas que ali vivem,   rela o com o conhecimento deste meio e ao desejo de adotar modos de vida que contribuirão para a valoriza o da comunidade natural da região.” (SAUVÉ, 2005, p. 28);

A *Práxis*   outra concep o, que discorre um aprendizado focado na a o, inteirando mutuamente a reflexão e a a o. Ocorre em um processo pesquisa-a o para se “operar uma mudança num meio” e das pessoas envolvidas. William Stapp e colaboradores (1998) usa o termo “*A pesquisa-a o para a resolu o de problemas comunitários*”, nos deixando claro a sua inten o, onde não precisamos saber tudo, mas estar disposto a aprender na a o;

Crítico social, corrente inspirada na teoria crítica, consiste em fazer uma análise crítica levantando questionamentos das dinâmicas sociais (realidade e problemas ambientais), nos dizendo o papel da educa o, acreditando que segundo Sauvé (2005, p. 29) “a educa o   ao mesmo tempo o reflexo da dinâmica social e o cadinho das mudanças.” Ela cont m uma rela o muito próxima entre teoria e prática numa visão crítica. Uma corrente que requer coragem pois se trata de questionar a si mesmo, os lugares comuns e as correntes dominantes. Diante de tantas correntes analisadas até agora, essa   a concep o que nós acreditamos ser mais pertinente na forma de atua o para a EA. Adiante trazemos mais características dessa corrente, argumentando porque acreditamos ser a melhor op o para uma prática em EA;

A corrente Feminista, possui rela o com a corrente crítico social tendo o intuito de analisar e denunciar as rela es de poder nos grupos sociais, políticos e econ micos, que os

homens exercem sobre as mulheres, se opondo, no entanto, “ao predomínio do enfoque racional das problemáticas ambientais, tal como frequentemente se observa nas teorias e práticas da corrente de crítica social” (SAUVÉ, 2005, p. 29), como a educação popular, a educação de adultos com uma perspectiva feminista é também um processo de “conscientização”, no sentido que lhe dá Paulo Freire, quer dizer, um processo no qual as pessoas não são receptoras de um saber exógeno, mas sujeitos em aprendizagem que despertam para as realidades socioculturais, que dão forma à sua vida e desenvolvem habilidades para transformar estas realidades que lhes concernem (SAUVÉ, 2005, p. 30) afirma que a educação feminista busca transformar as mulheres, incluindo no processo de aprendizagem sua realidade cotidiana e sua própria experiência;

A *Etnográfica*, leva em consideração a cultura e referências locais das populações de forma a adaptar a pedagogia à cultura da realidade regional (uma etnopedagogia). Seria experimentar a relação com a natureza pelo que o entorno pode oferecer. Essa corrente limita-se apenas ao contexto local, mas a EA, está adiante das questões locais, ela pode partir do local e não se limitar a ele possui dimensões regionais e globais;

A *Ecoeducação*, esta corrente está ligada a uma educação problematizadora, mas aproveita a relação com a natureza para uma ação responsável com ela, em forma de interação. Discorre em duas linhas de pensamento para SAUVÉ (2005, p. 36), a “eco-formação dedica-se a trabalhar sobre o “ser-no-mundo”: conscientizar-se do que acontece entre a pessoa e o mundo, em interações vitais ao mesmo tempo para a pessoa e para o mundo”. E na ecoontogênese é a gênese da pessoa em relação com o meio, ligadas ao processo de desenvolvimento e maturação do ser humano. Está fundamentado pelo filósofo e educador Paulo Freire, também ligado à corrente crítica. Seu intuito é um aprendizado partindo do sentido das coisas cotidianas, considerando o potencial da humanidade para uma justiça ambiental de nível mundial, em busca de uma sociedade sustentável.

Sustentabilidade tem uma perspectiva dominante em relação à educação ambiental, com objetivo de cumprir o capítulo 36 da Agenda 21 detalhada no início de trabalho, para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Sauvé (2005, p. 37) “trata-se de aprender a utilizar racionalmente os recursos de hoje para que haja suficientemente para todos e se possa assegurar as necessidades do amanhã.” Tratando a EA apenas no enfoque naturalista e não levando em consideração as relações sociais, integrando diversas concepções e práticas.

5 CORRENTES DIFUNDIDAS NO BRASIL

Retratando o cenário de práticas em EA no Brasil, podemos dar início a essa discussão citando as correntes adotadas ou mais abordadas no país segundo Layrargues (2004, p. 5) que são: “educação ambiental crítica, emancipatória ou transformadora, ecopedagogia, educação no processo de gestão ambiental ou ainda, alfabetização ecológica”, correntes essas que vão de encontro categoricamente com algumas sintetizadas acima. Devemos nos perguntar por que surgiram tantas linhas ou correntes de práticas em EA, se a princípio tem-se apenas uma discussão óbvia “a questão ambiental”? A resposta não parece ser tão simples, mas trata de começar a se questionar a forma como tem se difundido a EA em nosso país.

Tantas correntes surgem por causa da ineficácia de suas atuações, e a necessidade de algo novo para suprir as novas demandas da sociedade. Com o intuito de superar um formato enraizado de pensar e agir no mundo, que não se mantém inato, mas que se transforma a cada marco histórico, levando em consideração todas as áreas da sociedade, pois o “meio ambiente” não se limita ao espaço de florestas, reservas, animais ou recursos, mas é todo meio em que vivemos, seja no centro urbano, industrializado... ou numa reserva florestal, zonas rurais como fazendas sítios, chácaras... essa renovação é necessária, pois a educação (tradicional) sem levar em consideração todas as relações da sociedade têm sido insustentáveis ou ineficientes.

Por isso é necessário repensar, resistir e reconstruir as práticas educacionais convencionais, que vão além de mera repetição mecanizada. Como escolher uma delas para a melhor atuação prática? Para que seja possível essa escolha diante das tantas e distintas correntes é necessário dialogar com as diferentes abordagens.

5.1 Corrente da ecopedagogia

É um caminho para realizar a EA, em um contexto mais amplo (visão holística). Esse termo foi dado por Francisco Gutiérrez em 1990, a princípio destinado a “pedagogia do desenvolvimento sustentável”, está estreitamente ligada à concepção de Paulo Freire, em uma educação popular, referenciado por Moacir Gadotti. Ela se desenvolve em duas vertentes, como um movimento social ligado a ação política em uma abordagem curricular, incluindo uma concepção de sustentabilidade, numa prática de pensar a prática. Sua base, ou seus princípios, estão pautados em mudanças de pensamento, percepção e valores que implica se envolver, se comunicar, problematizar e analisar criticamente as relações de dominação que não queremos.

É gerar novas atitudes, reeducando o olhar e abrindo o coração, racional e afetivamente. Tem uma visão holística sobre o mundo.

Na ecopedagogia, acredita que todos pertencem ao Planeta Terra como uma única comunidade, focando na superação das desigualdades sociais, vendo a terra como um organismo vivo e em evolução. Sendo através do cotidiano que vai encontrando sentido para as práticas de aprendizagem por meio de práticas socioambientais.

Praticada pedagogicamente no método dialético, de uma leitura do real, como um novo movimento pedagógico para que haja mudança cultural no sentido da sociedade de consumo, através de mediações históricas. Layrargues (2004, p. 64) destaca que “o desafio crucial da Ecopedagogia consiste em retomar a reflexão sobre o cotidiano e sem perder-se a dimensão da emergência de uma cidadania planetária.”

5.2 Corrente Transformadora

Essa concepção é similar às correntes emancipatória, crítica, popular, ecopedagogia entre outras, o intuito é estimular um diálogo democrático qualificado e respeitoso mutuamente. Ela possui uma visão da educação como elemento de transformação social. Essa vertente se apresenta em 1980, envolvendo educadores de dentro e fora da escola, de movimentos sociais e ambientalistas. Sua maior influência é dada a Paulo Freire (pedagogia libertária emancipatória), dialogando com os ideais marxistas e humanistas. Fundamentada por Miguel Arrojo, Moacir Gadotti e Carlos Rodrigues Brandão, dentre outros que foram em busca dessa concepção. Apresenta uma concepção *dialética de educação* que é a forma de atitudes para processos de transformação societário, e a *histórico-social crítica*, para compreender as políticas educacionais e a função social da educação e encontra-se sintetizada entre o idealismo e materialismo.

Segundo Layrargues (2004 p. 78), essa vertente de EA, pretende “revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes”, atuando criticamente para romper as “relações sociais vigentes”. Acredita numa Educação completa e complexa, integradora do mundo, sem separar o social do ecológico, não é possível tratá-la separando as partes. Educação Ambiental Emancipatória visa “reconstruir a relação entre a educação, a sociedade e o meio ambiente, visando formular respostas teóricas e práticas aos desafios colocados por uma crise socioambiental global”. (LAYRARGUES, 2004, p. 84).

A crise ambiental/ecológica que vivemos é o reflexo de nossas decisões políticas e econômicas. É claro que isso não é uma situação autoexplicativa. Por exemplo, a cultura ou o

modo de vida consumista, não é explicado somente pela concepção de meio ambiente, pela cultura, pela economia, há uma série de outros elementos estruturais e ideológicos que fazem parte desse processo.

Difundiu-se em repensar as teorias convencionais (correntes já discutidas, como tecnicista, conservadora etc.) que vê a EA de forma reducionista diante da complexidade da questão ambiental, ligado apenas a problemas ecológicos, em forma de eliminar os sintomas sem tratar a causa, assim não haverá transformação da realidade.

Se entendemos o processo educativo como um processo libertador, precisamos fornecer subsídios para que os aprendizes resgatem e exerçam sua autonomia pensando por si próprios e realizando livremente as escolhas que julguem mais adequadas às suas vidas e necessidades individuais e sociais (LAYRARGUES, 2004, p.92).

5.3 Corrente Gestão Ambiental

Essa corrente em Gestão Ambiental é embasada/regulamentada pela Constituição Federal (CF), (1998), no art. 225, nas sete incumbências e quatro incisos referentes à EA. Os responsáveis por essa corrente são os educadores do IBAMA, que a intitula em “Educação no Processo de Gestão” ou “Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente”.

LAYRARGUES (2004, p.115), traz os seguintes objetivos e qualificações para os profissionais que atuam nessa concepção:

Seu objetivo (IBAMA, 1995) é proporcionar condições para o desenvolvimento de capacidades, (nas esferas dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes) visando a intervenção individual e coletiva, de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído. (LAYRARGUES, 2004, p. 115).

Apresenta a problemática ambiental, acreditando que deva ser analisada em diversos campos do saber, e não se limitando em uma única ótica (ciência), pois a questão ambiental é como a sociedade se relaciona com a natureza, sendo vista de acordo com as relações sociais, físico-químico e orgânico que essa sociedade possui, caracterizado como ela vai agir.

A CF (1988), como base dessa corrente, diz que o poder público seria responsável por gerir uma Gestão Ambiental Pública, que por meio desse Poder:

Estabelece padrões de qualidade ambiental, avalia impactos ambientais, licencia e revisa atividades efetiva e potencialmente poluidoras, disciplina a ocupação do território e o uso de recursos naturais, cria e gerência áreas protegidas, obriga a recuperação do dano ambiental pelo agente causador, e promove o monitoramento, a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e outras ações necessárias ao cumprimento da sua função mediadora. (LAYRARGUES, 2004, p. 119)

Esse “Poder” deve administrar na busca de resolver os problemas com relação às questões ambientais. Fazendo acontecer de acordo os interesses econômicos, políticos, posição ideológica, e ocorre num determinado contexto social, político, espacial e temporal dos sujeitos que têm esse poder, levando em consideração as decisões tomadas diante dessa questão, não poderia prejudicar uns e beneficiar outros, sua postura não é neutra, muito menos a educação, ambas assumem uma postura para cada ação determinada, justifica sua proposta e argumenta para defendê-la de acordo com seus interesses. Essa prática media a disputa de interesses e conflitos da sociedade e do poder público, havendo um choque e a descrença da população em relação à prática do Poder Público para coibir as agressões ao meio ambiente, quando a degradação decorre da ação de poderosos, onde a EA deve desenvolver as práticas necessárias em gestão Ambiental, conforme os documentos normativos descrevem. Educação no Processo de Gestão Ambiental propõe caminhos que levam a uma prática pedagógica crítica, transformadora e emancipatória. Com intuito de superar uma visão fragmentada da realidade. Pautada metodologicamente numa visão teórica-prática-reflexiva.

5.4 Corrente Alfabetização Ecológica

Esta corrente se apoia na Ecologia Integral e na Autopotencialização/ empoderamento. Ela olha para a EA em sua totalidade e integridade, sua reflexão vai além do contexto local (nossa casa), perpassando as dimensões internas (físico, mental, emocional, espiritual) e externas (relacionamentos interpessoais e com a as demais manifestações da natureza). Seu referencial teórico é o Centro de Ecologia Integral, em Belo Horizonte e O’Donnel (1994). Apresenta a ecologia integral por três dimensões: Ecologia pessoal – paz consigo; Ecologia social – paz com os outros; Ecologia ambiental – paz com a natureza.

Essa concepção de EA se difere das outras, ele tem uma preocupação primária com o interno de cada ser humano, para um autoconhecimento (corpo, emoções, palavras, relacionamentos, pensamento, sentimentos, caráter), a visão que predomina de ser hoje é o reflexo de uma cultura de aparência, sem preocupar-se com a essência. Busca uma auto potencialização e empoderamento, feito com um trabalho de prevenção, dito ser com menos custo e mais eficaz, perpassando o contexto escolar, acreditando numa mudança nos processos de produção, através da mudança das pessoas que representa as empresas, pretendendo repensar a forma de produção, de reprodução e de consumo. Para Layrargues (2004 p. 150) refere-se em introduzir uma “Alfabetização Ecológica entre os profissionais da química para agilizar a

transformação dos processos produtivos no que se refere à geração de produtos tóxicos e não degradáveis.”

Nela percebemos uma forma diferente de ver o processo de EA em relação aos princípios ecológicos. Valoriza que é preciso internalizar e depois externalizar. Compreende a natureza, não como algo a ser dominado, que o homem está em superioridade, mas trata o homem como pertencente à natureza como parte integrante dela. Possui o intuito de superar uma sociedade competitiva, onde alguém sempre deve ganhar, conseqüentemente outro perder. Pretende nos mostrar uma forma de negociação, com parceria e cooperação, que com o tempo e o amadurecimento das partes envolvidas tendo a finalidade de que todos podem ganhar. Pautada numa educação para a valorização do homem, respeitando as formas de se relacionar com a natureza, que ocorre após se conectar ao seu interior, sai da sua zona de conforto. Layrargues (2004, p. 148) nota que “desta forma, as relações se tornam sustentáveis e Sustentabilidade quer dizer que se mantêm ao longo do tempo.”

5.5 Corrente Crítica

Os fundamentos de uma Educação Ambiental Crítica apresentada aqui é segundo Layrargues (2004) e Loureiro (2013), que não define essa corrente de EA como única, e não diminuem as tantas ideias existentes neste vasto campo de EA, mas o intuito é refletir sobre esta corrente em seus aspectos teóricos e práticos, mapeando este território pedagógico.

Diante de tantas correntes vistas até agora, essa é a concepção que apoiamos como sendo ideal para discussões e prática da EA. A EA crítica surge em contexto de redemocratização da sociedade. Layrargues (2004) diz ser, uma escolha ético-política transformadora da sociedade. Não apenas uma didática conceitual, mas uma ação de transformação do meio com ideais democráticos e emancipatórios, ligada à pedagogia crítica, é fundamentada na prática de Paulo Freire, contribuindo para mudanças de valores e atitudes (sujeito ecológico), gerando uma cultura ambiental, intervindo nos problemas ambientais e compreendendo a ligação da sociedade com a natureza. Ao defendermos essa concepção, é necessário dizer sua relevância. Ela é importante por causar uma transformação de pensamento e conseqüentemente de ações, de forma profunda. Faz com que nós nos percebemos no ambiente, percebendo a nossa realidade social, e compreendendo como nossas ações afetam diretamente o meio ambiente e social em que vivemos e nos levar a refletir em como podemos agir de forma mais consciente.

A EA segue alguns passos, primeiro identificar os problemas ambientais, segundo problematizá-los e terceiro agir de forma ética, preocupado com uma *justiça ambiental*, que para Loureiro (2013) requer práticas organizadas com princípios de:

- equidade na distribuição das consequências ambientais negativas, de forma que nenhum grupo social, étnico ou de classe suporte uma parcela desproporcional das consequências;
- justo acesso aos bens ambientais do país;
- amplo acesso às informações relevantes sobre as atividades poluentes, tais como o uso dos recursos naturais, o descarte de seus rejeitos e a localização das fontes de risco;
- Fortalecimento e favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos, isto é, de movimentos sociais e organizações populares capazes de interferirem no processo de decisão da política e da economia (LOUREIRO, 2013, p. 64).

Se falarmos de justiça ambiental é necessário refletir sobre o que seria a injustiça ambiental, Loureiro (2013) traz em sua discussão o seguinte, uma situação de injustiça seria culpabilizar mais os grupos sociais de trabalhadores e grupos étnicos discriminados, os que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, ameaçando sua integridade. A justiça social é o equilíbrio necessário, para que todos possam assumir suas responsabilidades de acordo com suas atitudes ou procedimentos acerca das questões ambientais.

Na prática pedagógica, aplicada na sala de aula, é necessário refletir nas consequências e nas interfaces da relação homem e natureza, repensando a forma como um dia se aprendeu sobre o meio ambiente, de forma limitada, e abrangendo gradativamente as discussões passando para todos os setores da sociedade. A EA crítica nos possibilita um novo olhar para os alunos, tornando-os potenciais agentes motivadores e transformadores do seu ambiente através de informação, conscientização, sensibilização e mobilização, onde eles vão levar para a comunidade, família e amigos, uma maior compreensão da questão ambiental e da preservação.

Desvelando a realidade, para transformar a sociedade atual em sua dimensão política, perpassando os muros da escola, ligando a EA e a educação popular. Assim insistimos em superar uma ideia simplista de que as crianças são o futuro para o meio ambiente (e a sociedade), sendo essa visão da sociedade, que as crianças são o futuro para uma preservação do meio ambiente (planeta terra). É necessária uma intervenção hoje, com todos (em todas as faixas etárias) para que possa haver amanhã.

É através dessa análise da realidade que devemos questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos, para que possamos por meio da EA crítica, implantar a autonomia e liberdade. Segundo Loureiro (2013, p. 67) transformando “o conhecimento, as instituições, as relações sociais e políticas, e os valores culturais e éticos”, problematizando os contextos societários em sua interface com a natureza. Loureiro (2013, p. 68) afirma que “(...) a crise

ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza”, sendo indissociáveis os problemas ambientais dos conflitos sociais. Podemos dizer que é uma luta por uma nova sociedade e não apenas a relação do homem com a natureza, mas também do homem e a sociedade.

Como podemos inserir a EA crítica na escola? É um grande desafio, pois deve estar dentro da escola e fora dela engajando a comunidade escolar, nos programas educacionais de EA. Ao envolver a comunidade nos processos educacionais, se tornaram mais participativos e contínuos, como a PNEA direciona nas práticas das atividades de EA. Assim não se limita a uma única disciplina, mas envolve nas demais e nas relações sociais. Com isso, vários âmbitos da escola vão participar, conscientizando-se do assunto que são propostos pertinentes às questões ambientais, que já foram explicitadas neste trabalho, trazendo resultados mais duradouros.

Para a inserção da EA crítica é necessário aproximar os conteúdos a serem trabalhados no ambiente socioespacial da escola. Eles devem estar integrados ao cotidiano dos alunos para que seja possível uma aprendizagem significativa diante do que foi proposto a ele. O que for ensinado ao aluno precisa acontecer na prática, criando reais hábitos de formação crítica para EA. Os professores precisam ter clareza do contexto ambiental mundial, nacional e local para melhor adaptar e planejar suas aulas. O principal meio de transformação ambiental, ocorre na formação de novos valores, aquisição de conhecimentos e convivência social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental é uma temática que possui a necessidade de estar ainda mais presente nas discussões sociais, políticas e educacionais em todos os níveis e modalidades. Podemos dizer que sua problematização hoje não apresenta sua real importância, principalmente ‘por se tratar de um bem de uso comum a todos’. A EA exige uma reflexão de todo o contexto da sociedade, no seu modo de ver a realidade e de agir nela. Pensando em EA, como um processo de desenvolvimento histórico da relação da humanidade com a natureza.

EA é um poderoso instrumento para a mudança de pensamentos e atitudes, em relação à questão ambiental e a realidade em que essas questões são refletidas. É um recurso de superação e ruptura de uma sociedade dominada pela lógica capitalista, cada vez mais distantes do ideal de uma sociedade justa e democrática.

É necessário que o formador/formadora/formadores consiga construir visão crítica, transformadora e emancipadora da educação, esse processo de mudança começa refletindo, resistindo e se reconstruindo. A importância desse estudo foi concluir que a EA precisa ser entendida na sua totalidade como um processo de leitura das realidades vivenciadas nos muitos contextos nacionais, locais e mundiais. Ao conhecer as correntes podemos perceber que cada uma delas está estreitamente ligada a um momento histórico e político que a sociedade vivia, entretanto o conhecimento não deve ser fragmentado. Desse modo, como a EA crítica se apresentou em um momento de redemocratização da sociedade, possibilitou a superação dos ideais ditatoriais que a sociedade vivia. Defendendo uma prática que se preocupa com todas as relações da sociedade, pois as questões ambientais não são exclusivamente ligadas à natureza, mas também aos problemas sociais que por sua vez trazem consequências ao meio ambiente (rural ou urbano).

Assim a EA traz uma perspectiva de análise crítica da sociedade capitalista possibilitando a formação política da sociedade a fim de entender o processo histórico de apropriação e exploração da natureza, não se limitando em sugerir ações individuais de preservação sem questionar as grandes indústrias e a extração predatória do sistema capitalista. Mas indo adiante para questionar a exploração. Cabe aos professores, políticos, e sociedade civil (todos) serem mediadores e problematizadores no campo pedagógico com o intuito de superar os problemas ambientais e desigualdades, com ações efetivas e consequentemente justas para mudar o curso do futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular**: Orientações para o processo de implementação da BNCC. MEC, Brasília, DF, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.
 Acesso em: 1 de junho de 2023.

BRASIL. MEC. Resolução N° 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf Acesso em: 5 de junho 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001, BRASIL.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9795/99. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular**: Orientações para o processo de implementação da BNCC. MEC, Brasília, DF, 2018. Disponível em.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**, Lei 6.938. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 ago. 1981.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4. ed. São Paulo: Cortez 2008.

CZAPSKI, Silva. **Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil**: 1997-2007. – Brasília, DF: MMA, 2008. (Séries Desafios da Educação Ambiental). 290 p.

CZAPSKI, Silva. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**/ Ministério da Educação e do Deporto, Brasília- DF, 1998. 166 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**/ Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília: 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica**: Perspectiva de Aliança Contra- Hegemônica. Trabalhos, Educação e Saúde, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrnHRF/?lang=pt> . Acesso em: 1 de junho de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: **Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano**, 1972.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: M. SATO; I. C. M. CARVALHO (org.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed. p. 17-45, 2005.